14:22 67%

Opinião do GLOBO

Nova lei abre oportunidade para Argentina

Se aprovado pelo Senado, texto que passou pela Câmara permitirá ao governo corrigir desequilíbrio crônico

Pouco depois de assumir a Presidência da Argentina, em dezembro do ano passado, Javier Milei enviou ao Congresso um projeto de 664 artigos e 351 páginas com um nome pomposo: Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos. Chegou à Câmara sem consulta prévia até à diminuta base governista. No conjunto, dava ao presidente amplos poderes para reformar o Estado e a economia e, pelo tamanho e abrangência, foi apelidada "Lei Ônibus".

Derrotado na primeira votação em fevereiro, Milei chamou seus opositores de traidores e negou disposição de negociar. Dava todos os sinais de estar pronto para um confronto. Felizmente, recobrou a razão e passou dois meses discutindo item a item com deputados e governadores das províncias, que controlam as bancadas locais.

Nesta semana, os deputados aprovaram uma versão do projeto original menos ambiciosa, mesmo assim transformadora, que agora segue para o Senado. Se referendada pelos senadores, abrirá uma oportunidade para a Argentina corrigir seu desequilíbrio crônico. A lei criará uma emergência nacional em quatro áreas estratégicas (administração, economia, finanças e energia), conferindo ao Executivo poderes excepcionais pelo período de um ano (algo similar ocorreu no governo de Carlos Menem, com o Plano Cavallo). Autorizará privatizações e a entrada de capital privado em empresas mistas, permitirá a remoção de obstáculos regulatórios que emperram a economia, promoverá uma reforma trabalhista e mudará as aposentadorias.

Exaustos com a inépcia de sucessivos governos, os argentinos elegeram o ultraliberal Milei com a esperança de debelar a crise endêmica. Ele acertou no diagnóstico de que as despesas do Estado precisam estar em linha com a capacidade dos cidadãos de pagar impostos. Por muito tempo os argentinos viveram acima de suas possibilidades, acumulando dívida, calotes e recessões.

Mesmo antes da votação na Câmara, o governo tinha motivos para comemorar. Do pico de 26% em dezembro, a inflação caiu para 11% em março. O peso estabilizou-se no mercado informal. No primeiro trimestre, as contas públicas fecharam com superávit de US$ 315,4 milhões, o primeiro desde 2008. Desde a posse, os títulos argentinos denominados em dólar quase dobraram.

A vitória desta semana reduz as dúvidas sobre a capacidade de Milei governar. A principal incerteza agora é o nível de tolerância da população ao ajuste necessário que ele pretende implantar. A economia encolheu 3,6% no primeiro bimestre em comparação ao mesmo período de 2023. O consumo caiu 10% entre janeiro e março. A previsão é cair 6% em 2024. Noutro sinal de aperto, os argentinos de classe média têm vendido dólares para pagar planos de saúde.

A aprovação de Milei segue alta, em torno de 48%. Mesmo entre aqueles que dizem se esforçar todo mês para pagar as contas, ele reúne 30% de apoio. Ao que parece, boa parte dos argentinos está ciente de que uma correção de rumo econômico era absolutamente necessária e não seria indolor. Uma vez confirmada a nova lei no Senado, o governo precisará ter competência e senso de urgência para transformar seus planos em realidade. A tragédia vivida hoje é decorrência dos devaneios de governantes do passado. Milei tem pouco tempo para promover a guinada na economia, ou sua popularidade sofrerá as consequências.

Avanço da desertificação requer plano nacional com apoio federal

Estudo verificou que Semiárido corresponde a quase 16% do território brasileiro — e não para de crescer

Como resultado das mudanças climáticas, o Brasil enfrenta o crescimento preocupante do Semiárido, região nordestina onde não chove de cinco a seis meses do ano. Um novo estudo constatou que, entre 1990 e 2022, 55% do Agreste nordestino passou para o Semiárido, cujo avanço se estendeu a Minas Gerais e ao Espírito Santo, no Sudeste. Outra conclusão: 8% das terras do Semiárido se tornaram áridas, com dez meses de seca no ano.

O Semiárido, concluiu a pesquisa do meteorologista Humberto Barbosa, da Universidade Federal de Alagoas, já corresponde a 15,7% do território nacional, onde vivem 31 milhões. Antes, ele se distribuía por 725 mil km², hoje toma 1,3 milhão de km² — e não para de crescer. Em 2017, apenas dois municípios do Maranhão estavam incluídos no Semiárido. Quatro anos depois, já eram 16. Nesse período, o Semiárido passou a alcançar 11 estados e a abranger 215 novos municípios, seis no Espírito Santo. O estudo de Barbosa identifica novas áreas que podem ser classificadas como áridas em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Piauí, com extensão de 282 mil km².

Cientistas continuam a mapear o avanço do clima seco. Em janeiro, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) constataram a existência de uma área desertificada de 5,7 mil km² entre Bahia e Pernambuco e de outra de extensão equivalente no Piauí. Em Minas, o estudo de Barbosa identificou um aumento de 138% em cinco anos das áreas desérticas, que vêm crescendo em direção ao Sul.

A ameaça a atividades agrícolas é óbvia, além das implicações negativas para o abastecimento de água das cidades. Por isso é urgente a atuação coordenada do governo federal com os estados e municípios atingidos para atenuar os efeitos da desertificação. O Nordeste já produz 83% da energia de fontes limpas no Brasil, de origem eólica e solar. É preciso identificar e explorar outras vocações da região, para mitigar os efeitos econômicos e demográficos das secas. Além, obviamente, de dedicar projetos a conter o avanço do Semiárido.

Auditorias dos Tribunais de Contas de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe identificaram falta de recursos para combater a desertificação. Em 40% dos municípios atingidos, nem sequer há secretaria do meio ambiente. De acordo com a Sudene, os 1.477 municípios do Semiárido receberão neste ano R$ 17,6 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mais R$ 1,2 bilhão do fundo de desenvolvimento da região. As cifras podem parecer generosas, mas tudo depende de como o dinheiro será gasto. Enquanto isso, o nordestino continua a migrar. Dados do último Censo revelaram que 90% dos municípios com o maior número de residências permanentemente fechadas ficam no Semiárido. Realidade que tende a piorar se as autoridades continuarem omissas.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editorial.artigos@oglobo.com.br

Choque de realidades

A decepção do presidente Lula com a pouca presença de manifestantes na comemoração do 1º de Maio em São Paulo revela uma dificuldade nova para o PT. Lula atribuiu a falta de público à má organização do comício, feita pelos sindicatos de trabalhadores ligados ao partido. Não lhe passou pela cabeça que esta, como outras recentes manifestações petistas, teve pouco público porque os sindicatos já não conseguem mais arrebatar seus associados depois que a contribuição sindical obrigatória foi extinta e que as relações de trabalho se alteraram com a reforma trabalhista.

Quando a oposição dizia que os militantes petistas iam às manifestações por causa do sanduíche de mortadela que era distribuído, evidentemente tentava desmoralizá-los, retirando dos comícios e das passeatas o caráter ideológico marcante nas manifestações petistas nos tempos em que Lula era o líder popular máximo, com popularidade de ditador, na casa dos 80%. Só que, no caso de Lula, havia verdade naquelas medições, pois nos seus dois primeiros governos eram novidades as medidas sociais, como Bolsa Família, crédito consignado ou Luz para Todos.

Os escândalos do mensalão e do petrolão ajudaram a macular a imagem de Lula como líder popular intocável. O desastre dilmista correu boa parte da sua credibilidade. Sua eleição em 2022 deveu-se muito mais a questões políticas que à popularidade. Grande parte dos que lhe davam 80% de apoio nos anos de 2003 a 2010 passou para o outro lado, assumindo posição ideológica oposta, porque o PT não se adaptou às modernas maneiras de fazer política.

Desde o uso das redes sociais, hoje dominadas pela direita, até as novas maneiras de encarar as relações de trabalho. Exemplar desse distanciamento da nova realidade é a lei que tentou transformar os motoristas de aplicativos em trabalhadores CLT. O que foi anunciado como grande conquista dos trabalhadores foi mal recebido pela maioria dos motoristas, a ponto de Lula ontem ter tentado explicar que o governo não exige que os motoristas se filiem a sindicatos.

Sindicatos já não conseguem mais arrebatar seus associados depois que a contribuição sindical obrigatória foi extinta

Os tempos mudaram, e esse é um exemplo claro do anacronismo da visão petista das relações trabalhistas. Os motoristas de hoje não precisam mais comprar carro ou pagar diária para os donos para trabalhar em táxis. Geralmente é um emprego provisório, à espera de alguma coisa melhor, de um empreendimento próprio ou como complementação salarial. Não querem saber de sindicatos em cima deles, muito menos de apoiar politicamente quem seus líderes aportam.

A frustração com o pouco comparecimento do público reflete uma ideia anacrônica de sindicalismo que ainda persiste e apoia Lula, mas não tem muita força no mercado de trabalho. Este 1º de Maio não foi como Lula gostaria. Do ponto de vista do bolso do trabalhador, o governo tem bons números para mostrar: o emprego aumentou, principalmente com carteira assinada, o salário médio cresceu no país. O ambiente para o trabalhador melhorou de maneira geral, mas essa melhoria ainda não é identificada pela população, porque o preço dos alimentos está muito alto, o que impede a mudança da sensação.

A situação mundial está conturbada, há pressões em vários setores da economia. O clima de embate político permanente também não ajuda a distensionar o ambiente, e a oposição explora essa insegurança nas redes sociais, expondo números contraditórios com os oficiais. Enquanto Lula se vangloriava de a taxa de desemprego ser de 7,9%, a menor de um primeiro trimestre em dez anos, a oposição destacava que, no quarto trimestre do ano passado, a taxa era de 7,4%.

Ontem Lula não teve muito a oferecer como expectativa de futuro. As pesquisas de opinião mostram o desagrado com o governo e constatam que a impopularidade de Lula está aumentando, enquanto o governo acha que talvez precise de tempo para que os benefícios tenham efeito real na vida dos brasileiros.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gad@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavuca - vera.cavuca@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - mailcrio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao número)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entrega de muito madrugada de assinaturas. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu ponto de venda, acesse para vendaavulsa@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Vinhos, relógios e Kinders: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

Leia aqui o livro-página Certificado FSC

CARBON FREE